



A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (NUFOP): 25 ANOS DE HISTÓRIA

LA TRAYECTORIA DEL NÚCLEO DE FORMACIÓN DE PROFESORES DE LA FACULTAD DE EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE GOIÁS (NUFOP): 25 AÑOS DE HISTORIA

THE TRAJECTORY OF THE TEACHER EDUCATION CORE AT THE FACULTY OF EDUCATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS (NUFOP): 25 YEARS OF HISTORY

Aline de Fátima Sales SILVA¹
e-mail: alineufg@ufg.br

Luciana Freire Ernesto de Sousa Coelho PEREIRA²
e-mail: lfreire@ufg.br



Valdeniza Maria Lopes da BARRA³
e-mail: valdeniza.maria@ufg.br

Como referenciar este artigo:

SILVA, A. F. S.; PEREIRA, L. F. E. S. C.; BARRA, V. M. L. A trajetória do núcleo de formação de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (Nufop): 25 anos de história. *Rev. Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 14, n. esp. 2, e024024, 2024. e-ISSN: 2237-258X. DOI: 10.30612/eduf.v14iesp.2.19720



- | Submetido em: 12/06/2024
- | Revisões requeridas em: 19/07/2024
- | Aprovado em: 21/11/2024
- | Publicado em: 30/12/2024

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Professora-adjunta da área de Didática e Estágio da Faculdade de Educação da UFG. Vice-coordenadora do Núcleo de Formação de Professores (Nufop). Pesquisadora da área de Avaliação Educacional no Ensino Fundamental no Município de Goiânia.

² Professora adjunta da área de Didática e Estágio da Faculdade de Educação da UFG. Membro do Núcleo de Formação de Professores (Nufop). Pesquisadora da área de Estágio na formação de professores.

³ Professora associada da área de Didática e Estágio da Faculdade de Educação da UFG. Coordenadora do Núcleo de Formação de Professores (Nufop). Pesquisadora do tema Estágio Curricular Obrigatório nas Licenciaturas Membro da Comissão de Estágio Curricular das Licenciaturas–Prograd–UFG.

RESUMO: Este trabalho apresenta a trajetória do Núcleo de Formação de Professores da Faculdade da Educação da Universidade Federal de Goiás (Nufop-FE-UFG), historicizada a partir de seus quadros e respectivas ações de pesquisa e extensão, ao longo de 25 anos de história. O núcleo foi criado pelos docentes da área de Didática e Práticas de Ensino da FE-UFG, com o objetivo de fortalecer e difundir, por meio da pesquisa e da extensão, questões fundamentais da formação docente, bem como as implicações político-pedagógicas da atuação docente nos diferentes níveis e modalidades do ensino. Atualmente, o núcleo agrupa professores da Faculdade de Educação, estudantes e professores da educação básica em diálogo com docentes de outras licenciaturas, cujo interesse comum é pensar e problematizar os pressupostos teóricos presentes nos documentos legais que orientam as políticas de formação de professores e suas implicações no trabalho pedagógico realizado na escola básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Escola. Formação. Pesquisa. Estágio.

RESUMEN: *Este trabajo presenta la trayectoria del Núcleo de Formación de Profesores de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Goiás (NUFOP-FE-UFG), historiándola a partir de sus cuadros y respectivas acciones de investigación y extensión, a lo largo de 25 años de historia. El núcleo fue creado por los docentes del área de Didáctica y Prácticas Docentes de la FE-UFG, con el objetivo de fortalecer y difundir, mediante la investigación y la extensión, cuestiones fundamentales de la formación docente, así como las implicaciones político-pedagógicas de la actuación docente en los diferentes niveles y modalidades de enseñanza. Actualmente, el núcleo reúne a profesores de la Facultad de Educación, estudiantes y profesores de la educación básica en diálogo con docentes de otras licenciaturas, cuyo interés común es pensar y problematizar los supuestos teóricos presentes en los documentos legales que orientan las políticas de formación de profesores y sus implicaciones en el trabajo pedagógico realizado en la escuela básica.*

PALABRAS CLAVE: *Educación. Escuela. Formación. Investigación. Prácticas docentes.*

ABSTRACT: *This paper presents the trajectory of the Teacher Training Core of the Faculty of Education at the Federal University of Goiás (NUFOP-FE-UFG), historicizing it through its members and their respective research and outreach actions over 25 years of history. The core was established by faculty members in the field of Didactics and Teaching Practices at FE-UFG, aiming to strengthen and disseminate, through research and outreach, fundamental issues in teacher education as well as the political-pedagogical implications of teaching practice across different levels and modalities of education. Currently, the core brings together faculty members from the Faculty of Education, students, and teachers from basic education in dialogue with faculty from other teaching programs, whose common interest is to reflect on and problematize the theoretical assumptions present in the legal documents guiding teacher education policies and their implications in pedagogical work carried out in basic schools.*

KEYWORDS: *Education. School. Formation. Research. Internship.*

Introdução

Inicialmente, denominado Núcleo Didático para Estudos e Pesquisas de Apoio à Formação de Professores, o atual Núcleo de Formação de Professores da Faculdade da Educação da Universidade Federal de Goiás (Nufop-FE-UFG) foi criado, em junho de 1999, pela equipe de professores de Didática e Prática de Ensino na Escola Fundamental da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, antigo Departamento de Práticas de Ensino e Organização Escolar e Didática e Prática de Ensino.

A proposta de criação ocorreu na década de 1990, um período de intensos debates sobre a formação de professores. Mudanças político-pedagógicas e legais, sobretudo aquelas referentes à reorganização dos níveis e modalidades da educação, à luta pela garantia da oferta de educação infantil e à defesa da qualidade do ensino fundamental, mobilizaram os professores do curso de Pedagogia da UFG. Isso os levou a discutir e refletir sobre a formação oferecida na e pela Faculdade de Educação da UFG, resultando em inúmeros debates sobre a reformulação do currículo do curso de Pedagogia da instituição. Como consequência, foram propostas novas modalidades de formação, mantendo-se, no entanto, a opção política de centrar a identidade do curso na docência.

Nesse sentido, não confundindo docência com regência de sala de aula e formação do professor para os anos iniciais com uma formação menor para o pedagogo, a maioria dos docentes da Faculdade continua firme em sua opção de formar professores e insiste na importância e na dignidade do trabalho docente, sobretudo dos que, na educação infantil e nos anos iniciais da escola fundamental, trabalham para fundar no rigor, na crítica e na criação os alicerces do processo formativo (UFG, 2003).

Desde sua criação, o núcleo acompanhou as discussões que aconteciam naquela década, bem como a produção teórica mais recente da didática sobre formação de professores. As produções defendiam a incorporação da pesquisa na formação inicial de professores como forma de superar o modelo da racionalidade técnica que norteava os cursos de licenciatura de grande parte das universidades do país até então.

A esse respeito, Rosa e Sousa (2019, p. 33-34), em um artigo que explicita o Projeto Pedagógico de Estágio do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG, reiteram

Dante de um cenário internacional e nacional permeado por profundas transformações econômicas e sociais, cujos resultados têm sido o agravamento da exclusão social, a Universidade se vê obrigada a repensar o seu papel, a rever seus projetos político-pedagógicos, afinando-os às novas

exigências de profissionalização e à legislação educacional (LDB nº 9.394/96). A partir de meados dos anos de 1990 houve no Brasil um movimento de ressignificação da formação do professor com a divulgação de literatura estrangeira, oriunda de Portugal (NÓVOA, 1992), Espanha (CONTRERAS, 1997; SACRISTAN, 1999; CONTRERAS, 2002), França (TARDIF, 2002; CHARLOT, 2002), Estados Unidos (SCHON, 1992; ZEICHNER, 1998). As tendências trazidas por essa literatura, mesmo apresentando diferentes metáforas (professor reflexivo, intelectual crítico, professor pesquisador), guardam alguns traços comuns: ruptura com a perspectiva de aplicação da teoria à prática, destaque à reflexão e à produção de saberes pelos professores frente aos desafios de sua atuação; ênfase à chamada ‘epistemologia da prática’ como via de melhorar a formação.

A equipe que coordenava os trabalhos no núcleo, incitada pelas discussões sobre a formação de professores que aconteciam no país, e “pretendendo criar situações no contexto da prática de ensino” que favorecessem “a construção pessoal de um conhecimento profissional”, (Projeto [...], 1999), reafirmando o espaço da sala de aula como *lócus* privilegiado para observação, problematização e reflexão da prática desenvolvida pelos professores e estagiários, apresentou uma compreensão de formação na perspectiva de uma práxis criadora como base identitária da formação do pedagogo na Faculdade de Educação da UFG. Isso ficou claramente evidenciado na reforma curricular que ocorreria quatro anos mais tarde, conforme se lê no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do referido curso:

[...] o projeto curricular que ora apresentamos reafirma a docência como a base da identidade do pedagogo e propõe-se a formar professores que compreendam as complexas relações entre a educação e a sociedade, pensem e realizem a existência humana, pessoal e coletiva, e o trabalho pedagógico com vistas à transformação da realidade social, à superação dos processos de exploração e dominação, à construção da igualdade, da democracia, da ética e da solidariedade (UFG, 2003).

A criação do Nufop, portanto, ocorre em consonância com a perspectiva de formação da Faculdade de Educação e em alinhamento com a disciplina Didática e Prática de Ensino na Escola Fundamental. Essa disciplina, fundamentada na concepção de educação da faculdade, desenvolvia seu trabalho formativo por meio de projetos de investigação-ação e de formação continuada de professores, realizados na modalidade de extensão em escolas públicas de ensino fundamental do município de Goiânia. Dessa forma, acompanhava os debates sobre a formação de professores no Brasil e no exterior.

O núcleo passou, então, a abrigar os projetos em desenvolvimento na área, bem como aqueles de outras áreas interessadas em participar da proposta apresentada pela equipe de

Didática. Ao se inserir em um espaço de produção e socialização do conhecimento na área, com o objetivo de contribuir para a formação inicial e continuada de professores, o Nufop dedicou-se à promoção da tríade ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Faculdade de Educação da UFG.

Inicialmente proposto pela professora Verbena Moreira Soares de Souza Lisita, por meio do processo interno n.º 002228, o Núcleo Didático para Estudos e Pesquisa de Apoio à Formação de Professores foi, à época, composto pelos seguintes professores: Ruth Catarina Cerqueira de Sousa, Cleide Aparecida Rodrigues de Carvalho, Dulce Barros de Almeida, Luciana Freire Ernesto Coelho Pereira de Sousa, Maria Emília de Castro Rodrigues, Núbia Ferreira Ribeiro, Silvia Helena Ferreira da Silva, Verbena Moreira Soares de Souza Lisita, Sandramara Matias Chaves, Dalva Eterna Gonçalves Rosa e Valter Soares Guimarães. Nesse período, o núcleo contava com cerca de dez projetos, incluindo pesquisa e extensão, abrangendo um amplo repertório de temas, entre os quais: novas tecnologias, prática de ensino e formação continuada de professores; formação continuada de professores de adolescentes, jovens e adultos; oralidade e escrita na educação de adolescentes e jovens; alfabetização de adolescentes, jovens e adultos; ensino especial; avaliação escolar; formação pedagógica do professor universitário; e saberes e identidades profissionais nas licenciaturas.

O projeto do núcleo foi aprovado em reunião do Conselho Diretor (CD) da Faculdade de Educação da UFG no dia 30 de junho de 1999, ocasião em que foi redigida a ata e assinada pelo secretário do CD, o funcionário técnico-administrativo Edson Teles de Sousa, e pela presidente do CD, a professora Marlene de Oliveira Lobo Faleiro. A coordenação seria exercida por um dos professores integrantes do núcleo, com renovação a cada dois anos. Em 3 de abril de 2000, por meio da portaria n.º 035, de 10 de novembro de 2000, assinada pela professora Marlene de Oliveira Lobo Faleiro, então diretora da Faculdade de Educação da UFG, a coordenação foi transferida, de forma retroativa, para a professora Maria Emilia de Castro Rodrigues, que exerceu a função nos anos de 2000 e 2001. No período de 2002 a 2003, a coordenação foi assumida pela professora Dalva Eterna Gonçalves Rosa.

No ano de sua criação (1999), a FE-UFG estabeleceu um convênio com o município de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), e implementou, em caráter experimental, o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com o objetivo de formar professores para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse curso foi aprovado pela UFG com as seguintes especificidades: destinado exclusivamente a professores em exercício na Rede Municipal de Ensino de Goiânia, com ingresso por meio de processo seletivo especial realizado pelo Centro de Seleção da UFG; matriz curricular



estruturada por áreas de conhecimentos específicos, fundamentos da educação, didática e prática docente, políticas públicas e pesquisa docente; e Integralização curricular em três anos.

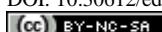
No mesmo período em que as discussões na área de Didática culminaram na criação do núcleo, o Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFG, criado em 1986, também passou por alterações em seu projeto acadêmico, visando à consolidação de suas linhas e núcleos de pesquisa para se estabelecer, efetivamente, como um Programa de Pós-Graduação. Esse programa contou com o mestrado (desde 1986) e, posteriormente, com o doutorado, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2001 e iniciado em 2002, com as seguintes linhas de pesquisa:

- Educação, trabalho e movimentos sociais;
- Estado e políticas educacionais;
- Cultura e processos culturais;
- Formação e profissionalização docente.

Ressalta-se que esse processo de reformulação, aliado à criação e à implantação de vários núcleos de pesquisa — tais como o Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc), 1997; Núcleo para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (Nudec), 1999; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura (Neppec), 2000; Núcleo de Estudos Rurais, 2000, Núcleo Didático para Estudos e Pesquisa de Apoio à Formação de Professor, 1999 — expressam o fortalecimento da pesquisa na FE-UFG como atividade institucionalizada e fomentam a integração e o trabalho conjunto entre Graduação e Pós-Graduação, ou seja, entre ensino e pesquisa (UFG, 2015, p. 7).

É importante observar que, na mesma década de criação do Nufop, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, e a Resolução CEB n.º 1, de 7 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, conforme art. 1º, “[...] a serem observadas na organização das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil integrantes dos diversos sistemas de ensino” (Brasil, 1999).

Inicia-se a partir de então a institucionalização da educação infantil no país, e, de acordo com a Resolução CEB n.º 1, art. 3º, inciso II:



As instituições de Educação Infantil ao definir suas Propostas Pedagógicas deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal dos alunos, suas famílias, professores e outros profissionais, e a identidade de cada unidade educacional, nos vários contextos em que se situem (Brasil, 1999).

Ainda no art. 3º, inciso VI, recomenda-se que

As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que da equipe de profissionais participem outros das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas, assim como familiares das crianças. Da direção das instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o Curso de Formação de Professores (Brasil, 1999).

Observa-se que são atribuídas ao professor responsabilidades relacionadas à educação infantil que demandam maior atenção, pesquisa e estudo. Nessa mesma direção, o então Núcleo de Estudos e Pesquisas de Apoio à Formação de Professores, em seu projeto de criação, datado de 25 de junho de 1999, no eixo temático “Didática e Formação de Professores”, destacou a educação infantil como um dos focos de estudos e pesquisas a serem desenvolvidos pelo núcleo. Nesse contexto, a pesquisadora da área da infância, Dra. Ivone Garcia Barbosa, foi convidada a integrar a equipe, trazendo para o núcleo a ampliação das discussões e compreensões sobre a infância e a educação infantil, em um momento de importantes debates sobre o tema e a docência nessa etapa da educação básica.

Entretanto, é importante considerar que a temática da infância e da educação infantil aparece nos registros do núcleo de forma tangencial em relação às demais temáticas pesquisadas e estudadas. Isso reafirma o caráter plural do núcleo, que integra pesquisas de diferentes campos do conhecimento, com referenciais teóricos distintos, mas que compartilham um elemento central: a formação de professores.

Dentre as pesquisas e atividades especificamente relacionadas à educação infantil, podemos citar:

- Projeto Rede Interativa de Formação de Professores, coordenado pela professora Ruth Catarina R de Souza, que, dentre as ações do projeto, pretende contribuir com a formação de professores das novas gerações, que devem “cada vez mais aperfeiçoar-se e preparar-se para atuar com crianças, jovens e adultos que serão profissionais do próximo século” (Projeto [...], 1999);

- Projeto Nova Parceria FE-UFG com a Secretaria Municipal de Educação – habilitação em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
- III Seminário de Alfabetização (2002/2003);
- II Seminário da linha de pesquisa de formação e profissionalização docente – Profa. Dra. Eliana Gabriel Aires — *O processo de criação literária em Lygia Bojunga Nunes: literatura e escrita postas em jogo.*

Em 15 de agosto de 2000, a equipe que integrava o núcleo didático para estudos e Pesquisa de Apoio à Formação de Professor, reuniu-se e, após um longo processo de discussão, alterou o nome do núcleo para Núcleo de Formação de Professores, informado ao Conselho Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, por meio do ofício n.º 21/2000, de 16 de novembro de 2000. Tal alteração deveu-se à conclusão de que a atuação dos professores e pesquisadores do núcleo não se restringia apenas ao apoio às atividades de formação de professores, pois se propunha a desenvolver estudos, pesquisas, extensão e ensino na formação inicial e continuada de professores.

A partir de 2002, professores de outras áreas para além da Didática, passaram a integrar o núcleo com o propósito de consolidá-lo como espaço de produção de conhecimento sobre a formação de professores, visto que docentes de diferentes áreas que passaram a fazer parte dele, tinham como fio condutor de seus estudos e pesquisas a formação de docentes. De acordo com a nova composição, novas propostas de investigação passaram a fazer parte de suas ações, como os seguintes projetos:

Quadro 1 – Projetos e respectivos responsáveis

Projeto de pesquisa	Professores responsáveis
O Professor no Brasil: o estado do conhecimento.	Mirza Seabra Toschi e Marcos Corrêa da Silva Loureiro
O que se ensina em Didática nos cursos de Pedagogia do Brasil: conteúdos e métodos.	Dalva Eterna Gonçalves Rosa e Sandramara Matias Chaves
As ciências humanas no ensino fundamental.	Ângela Cristina Belém Mascarenhas
A construção de uma proposta democrático popular de Educação para adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Goiânia.	Maria Emília de Castro Rodrigues
Socialização profissional do professor.	Valter Soares Guimarães
Perfil dos formandos dos cursos de Licenciatura da UFG.	Dalva Eterna Gonçalves Rosa
Os novos modelos de gestão da Educação Básica: o que mudou na escola?	Mirza Seabra Toschi e João Ferreira de Oliveira
Sujeito e linguagem.	Participação: Luciana Freire Ernesto C. P. Sousa Coordenação: Cristóvão Giovanni Burgarelli

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

O núcleo como espaço de fomento à pesquisa e interação com os demais núcleos da FE-UFG promoveu, entre os anos de 2002 e 2003, inúmeras atividades de pesquisa e extensão, além da organização de quatro grupos de estudos voltados às pesquisas nas áreas de educação e novas tecnologias; educação de jovens e adultos; educação e ciências humanas; e educação a distância.

No Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, foi ofertada a disciplina “Formação de professores”: pesquisa, políticas e perspectivas críticas, vinculada à linha de pesquisa Formação e Profissionalização Docente, ministrada por três professores componentes do Nufop que conduziram, de forma crítica, as discussões em âmbito local e nacional no campo da formação de professores no Brasil.

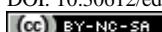
Em novembro de 2003, foi realizado, pelo núcleo, o II Seminário da Linha de Pesquisa Formação e Profissionalização Docente, com a participação de professores que compunham o núcleo na condição de expositores, durante o qual alguns professores socializaram dados de suas pesquisas como atividade formativa do Nufop.

Desde sua criação, em 1999, até os dias atuais, o núcleo teve à sua frente cerca de dez professoras na condição de coordenadoras, em sua maioria, oriundas da área de Didática e Estágio de Pedagogia da FE-UFG, buscando integrar pesquisa, ensino e extensão, compreendendo a relação teoria e prática de forma indissociável e a docência como eixo norteador da formação do professor.

O Nufop e a discussão sobre o estágio curricular obrigatório nas licenciaturas

Os anos 2000 constituem um cenário no qual o debate sobre a formação de professores se caracteriza, entre outras, pela discussão da formação prática a partir da perspectiva do acirramento da ideologia da profissionalização, balizado pelo debate entre tecnicismo e neotecnecnicismo. Talvez se possa caracterizar este como um cenário de disputas pela preparação técnica *versus* a cultura técnica da formação profissional.

Radicalmente contrária à perspectiva tecnicista de educação, a Faculdade de Educação da UFG retoma o debate sobre o currículo, sobretudo a partir de 2005, motivada pela publicação do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que “[...] prevê a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior” (Brasil, 2005). Diante dessa necessidade preeminente



no currículo, o tema é posto em discussão, e, em 2015, após exaustivas reuniões e debates com representantes de diferentes áreas do curso, é aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC), que foi encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec), publicado em 2018. Nesse novo PPC, o estágio foi posto em pauta para confirmar o projeto de formação da FE-UFG e ratificar os pressupostos que orientam a política e gestão do estágio curricular obrigatório.

Como componente teórico-prático da formação acadêmica, o estágio [...] tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes a aproximação com o mundo do trabalho, visando ao desenvolvimento de sua formação política, técnica, cultural, científica e pedagógica. O estágio, portanto, caracteriza-se como um espaço de estudo, pesquisa e reflexão com vistas à construção de conhecimentos da profissão docente a partir de uma determinada realidade da educação, especificamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, em contextos escolares e não escolares.[...] Propõe-se a utilização da pesquisa como princípio educativo, visando ao desenvolvimento de atitude pedagógica e investigativa por parte do estudante e, assim, propiciar-lhe melhor compreensão da realidade e novas formas de atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UFG, 2018, p. 29).

Neste cenário, especificamente entre 2014 e 2020, os integrantes do núcleo desenvolveram um único projeto de pesquisa, cujo tema era o Estágio Curricular (EC), intitulado *Recortes da relação entre atuação e formação de professores via estágio curricular*. O projeto foi estruturado em quatro eixos: a) Política de formação de professores/estágio da Universidade Federal de Goiás (instituição formadora) e políticas de formação de professores/estágio das instituições concedentes de estágio (des estaduais de Goiás e municipais de Goiânia); b) O estágio curricular obrigatório no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG; c) Sujeitos do estágio (professor orientador, professor supervisor, estagiário); d) Docência *stricto sensu*, relação entre a formação e a atuação. Em paralelo, foi realizada uma série de eventos, tendo como tema central o EC, que representaram a tentativa de reunir representantes das instituições envolvidas no Estágio Curricular, isto é, a universidade, as secretarias e as escolas.

Quadro 2 – Simpósios temáticos de estágio no âmbito do Nufop da FE-UFG

Ano	Temas
2015	I Simpósio Temático de Estágio do Nufop: Os estágios nas licenciaturas: formação de professores e trabalho docente.
2016	II Simpósio Temático de Estágio do Nufop: O estágio na intersecção entre formação e atuação docente no estágio. Financiamento: FAPEG.
2018	Ciclo de estudos de estágio do Nufop: Apresentação e discussão de resultados da pesquisa: recortes da relação entre formação e atuação docente no estágio.
2019	III Simpósio Temático de Estágio do Nufop: O cinquentenário do estágio na formação inicial de professores: os desafios da relação entre universidade e escola e o estatuto do trabalho da escola.
2020	IV Simpósio Temático de Estágio do Nufop: Formação e atuação docente no estágio.

Fonte: Ferraz (2018); Barra e Rosa (2019); Barra e Silva (2023).

O conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão sobre o Estágio Curricular (EC), realizado entre 2014 e 2020, resultou em publicações científicas, em um projeto de Pós-Doutoramento desenvolvido entre 2021 e 2022 e na divulgação em eventos especializados, incluindo a reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), especificamente no GT 8 – Formação de Professores, nos anos de 2019, 2021 e 2023. O tema permanece como objeto de pesquisa no período atual, sendo os resultados obtidos sobre o EC um alicerce para a discussão de políticas e programas de formação de professores.

A seguir, apresentam-se algumas das ações lideradas pelo Nufop, especificamente no que se refere ao tema “Estágio Curricular Obrigatório nas Licenciaturas”:

1º) Discussão promovida junto à FE, em março de 2018, sobre a pertinência ou não da adesão ao Programa de Residência Pedagógica (RP), Edital n.º 7/2018, e sobre a manutenção da adesão ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O fato de tais programas serem denominados de “iniciação à docência” provocam uma relação imediata com o Estágio Curricular Obrigatório, afinal, a prerrogativa de iniciar a docência não seria inerente a este componente obrigatório das licenciaturas, criado no final dos anos 1960? Por sua vez, o Pibid foi criado pelo Decreto n.º 7.219/2010, “[...] com a finalidade de fomentar a iniciação à docência e melhor qualificá-la” (Gatti; Barreto; André, 2011, p. 129), seguido pela iniciativa de 18 de outubro de 2017, quando o governo federal lançou a Política Nacional de Formação de Professores, tendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como norteadora do currículo da formação de professores e o Programa Residência Pedagógica como linha de ação na formação inicial. Os dois programas de “iniciação à docência”, Pibid e RP, aparecem no centro da política de formação de professores, balizada pela recém e controvertida BNCC. O resultado do debate promovido pelo Nufop apontava que

Programas de formação tais como o Pibid e a Residência Pedagógica – que invocam para si, as prerrogativas do estágio – devem ser submetidos às políticas de formação de professores das IES e respectivos PPC de cursos de Licenciatura e projetos de estágio e não intervenções paralelas, nem tampouco suplantadoras do estágio (Barra *et al.*, 2018b).

Diversas instituições e instâncias se manifestaram, a maioria contrária ao RP, mas mantendo-se favorável ao Pibid, como a Comissão Permanente de Formação de Professores da Universidade Estadual de Campinas (CPFP-Unicamp), as Coordenações de Cursos de Licenciaturas da Unicamp e o Fórum de Licenciatura da UFG. Em maio de 2018, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) também se posicionou: “As propostas para os dois programas articulam-se à atual política de formação docente do MEC, empenhada em submeter os programas de formação inicial (cursos de Licenciatura) à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (Anfope, 2018). Em abril de 2018, a Faculdade de Educação da UFG se posicionou contrária à adesão ao RP e decidiu interromper a adesão ao Pibid.

2º) Em dezembro de 2021, foi realizada a apreciação e problematização da minuta da instrução normativa da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). Essa minuta chegou ao Nufop, por intermédio do Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia da FE-UFG, em dezembro de 2021. Amparada pelos editais CAPES 1 e 2 de 2020 (respectivamente, para a Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), a referida minuta objetivava reivindicar das Instituições de Ensino Superior o reconhecimento da carga horária das atividades realizadas pelo residente e pelo bolsista de iniciação à docência para aproveitamento de créditos no curso. Após minuciosa análise de cada ponto da minuta, o Nufop assim se posicionou:

Existe uma única maneira de tornar a minuta da Instrução Normativa da PROGRAD UFG---/2021 coerente e factível: adicionar aos três itens previstos (I Atividade complementar; II Prática como Componente Curricular) no artigo 4º, o item IV que se chamará Estágio Curricular Remunerado, expressão translúcida para definir os programas paralelos (Pibid e RP). Outro equívoco da Instrução Normativa da PROGRAD UFG---/2021 é equivaler Pibid, RP e Estágio. Registre-se, esta estratégia é tão coerente e factível, como reprovável. De outra feita, o texto da minuta da Instrução Normativa da PROGRAD UFG---/2021 será provavelmente um dos primeiros documentos de iniciativa de uma instituição de ensino superior formadora de professores a engrossar o arsenal de documentos que na trajetória histórica dos cinquenta anos do estágio atuaram na sabotagem do estágio. Trata-se de um precedente que admite que o estágio é algo sem identidade, passível de ser isto ou aquilo, desconsiderando-se a sua trajetória histórica de golpes sucessivos à sua devida efetivação. Institucionalizar esta Instrução é abrir precedente para autorizar

que as correções de rota de currículo sejam feitas em formatos paralelos aos cursos (Barra *et al.*, 2021).

3º) Em junho de 2022, o Nufop e a equipe da Área de Didática e Estágio da FE-UFG apreciaram e emitiram juízo sobre o processo de construção da Posição do Fórum de Licenciatura da UFG sobre a instrução normativa para Pibid e RP, referente à Instrução Normativa n.º 2535257/2021 da Prograd-UFG, aquela que propunha converter a carga horária do Pibid e RP em carga horária curricular, conforme documento datado de 20 de junho de 2022. Ao analisar o documento do Fórum de Licenciaturas da UFG, se questionou o propósito de “institucionalizar os dois programas” a partir do entendimento de que tal medida corresponderia a abrir “precedentes que autorizam que as correções de rota de currículo sejam feitas” de forma paralela aos PPC dos respectivos cursos de licenciaturas, o que constitui ingerência (Barra *et al.*, 2021). Não obstante, após identificar e problematizar algumas contradições, foi apresentado o seguinte entendimento:

A questão da carga horária é uma questão de forma que não se dissocia de conteúdo. Isto é, a existência paralela de tais programas constitui em si uma afronta aos projetos de formação inicial das licenciaturas, com entrada pela ‘prática’. Uma sugestão alternativa seria: operar o fomento do PIBID e do RP no formato de IC [iniciação científica] no âmbito dos projetos de curso e respectivas áreas e, avaliar por umas três edições sucessivas, tal como se indicou no quarto item da interpretação da minuta apresentado em dezembro de 2021: Produzir o debate e o entendimento de que fomento financeiro a ações que visam a formação inicial de professores devem estar submetidos aos projetos de formação das IES, não devendo ser ações paralelas.

Por fim, reitera-se, mais que um compromisso ético ou de respeito à história do estágio, é necessária a vigilância quanto à ingerência externa sob o pretexto de resolver problemas internos aos cursos de licenciatura. A chancela a soluções paralelas corresponde a abrir precedente para que quaisquer dificuldades encontradas na operacionalização de algum componente curricular ou algum outro problema interno ao curso seja tratado e encaminhado de forma paralela, constituindo-se em assalto à autonomia da universidade, do curso, do PPC (Barra *et al.*, 2022b).

4º) Contribuições do Nufop enviadas em 17 de março de 2020 para a comissão da Prograd, criada com o fim de elaborar a Política Institucional de Formação de Professores(as):

Considerando que o estágio no curso de licenciatura se constitua fundamentalmente na relação entre a graduação e a escola básica;
Considerando que o estágio se constitui como dimensão relevante da formação prática da docência;
Considerando que o estágio se constitui na intersecção entre a universidade e a escola básica;

Considerando que o estágio corresponde a uma ação que agrega sujeitos como o professor da universidade, o professor da escola, o estudante de graduação em torno de um projeto de trabalho que combina formação inicial e continuada;

Considerando a importância de desnaturalização do trabalho do professor da escola básica (redes estadual e municipal) com o estagiário e que esta desnaturalização passa pelo reconhecimento deste trabalho;

Sugere-se:

Que o trabalho de receber e acompanhar estagiários nas escolas básicas seja reconhecido como experiência formativa a ser relacionada no currículo *lattes* dos professores (supervisores de estágio) e que este trabalho registrado nos currículos *Lattes* sejam reconhecidos pela universidade, nos âmbitos das Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação;

Que o valor deste trabalho, devidamente informado nos *Lattes*, tenha notoriedade em concursos de seleção para pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, concursos para a carreira docente;

Que o reconhecimento da universidade acerca do trabalho do professor da escola básica, nos termos aqui definidos, seja pauta de diálogo com as secretarias de educação, no sentido de se sistematizar e aprimorar políticas conjuntas de formação inicial e continuada que tenham no estágio, o elo de integração entre a universidade e a escola básica;

Que os termos de convênio entre instituição formadora e instituição ‘concedente’ explicitem a natureza do trabalho do professor da escola básica junto à formação inicial;

Que a função de supervisor do estágio seja pontuada e convertida em mecanismo de progressão de carreira (Barra *et al.*, 2020).

Em 2022, a comissão da Prograd da UFG apresentou à comunidade acadêmica o documento intitulado “Projeto Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PIFPMEB)”, produzido pela Comissão de Política Institucional de Formação de Professores(as). Mais uma vez, o Nufop apreciou e emitiu posição a respeito, em julho de 2022. Apesar de reconhecer a consistência dos princípios do estágio preconizados pela Resolução CEPEC UFG n.º 1539/2017 e reiterados pelo PIFPMEB, o núcleo reafirmava a necessidade de “se perguntar sobre as efetivas condições de implementação destes [estágios]”, tendo em vista os

[...] vácuos substantivos na institucionalização do estágio, sendo o mais severo a indefinição quanto ao estatuto de trabalho ao trabalho do professor da escola básica. O enfrentamento desta questão extrapola a jurisdição da UFG. Mas a UFG, como prevê o PIFPMEB, pode e deve ser indutora deste diálogo com as secretarias, até porque o estágio é condição para que as IES possam conferir o diploma aos futuros professores (Barra *et al.*, 2022a).

O documento também pontuava que

Os dois programas [Pibid e RP] aparecem louvados e dispersos no conjunto do documento. Constituem-se entradas para financiamento que ninguém discute a sua importância e legitimidade. Mas o método destes programas

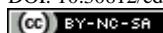
precisa ser questionado. Não basta destinar quatro páginas para a ‘política de estágio’ e institucionalizar programas cujas definições, *modus operandi* fins, são, por princípio, do estágio. É preciso se questionar, afinal de contas, por que apesar da robusta definição de princípios da política de estágio (p. 39-43), ainda se aventa institucionalizar PIBID e RP? Por que as licenciaturas da UFG precisam de dois programas paralelos para realizarem aquilo que é fundante do estágio? Entendemos que é necessário institucionalizar uma política de estágio porque o estágio curricular é obrigatório e, apesar de obrigatório, padece de institucionalização (Barra *et al.*, 2022b).

E concluía:

Uma maneira de definir política educacional é considerar que se caracteriza pela previsão da implementação da legislação a ela atinente, o que a torna instrumento de ação que visa garantir a execução das diretrizes legais no âmbito em questão. Se assim o é, o que está em questão é a política de estágio que vamos inscrever no PIFPMEB da UFG e esta deve ir além de princípios, deve apontar as diretrizes de operacionalização do estágio que os efetive (Barra *et al.*, 2022a).

Em 9 de outubro 2023, foi lançado, em formato de e-book, o produto final da Comissão da Prograd, contendo as *Diretrizes de formação de profissionais do magistério da educação básica*, com o objetivo de consolidar “[...] o processo de institucionalização da formação de docentes na UFG” (Echalar *et al.*, 2023). No caso específico do Estágio Curricular, nesse documento, é possível identificar algumas alterações em relação ao tratamento recebido no conteúdo do PIFPMEB de 2022. Avalia-se, contudo, que, do ponto de vista estrutural, o tratamento conferido ao Estágio Curricular Obrigatório no e-book *Diretrizes de formação de profissionais do magistério da Educação Básica* (2023) requer avanços nas linhas que instruem os processos de efetivação dos estágios curriculares obrigatórios nas licenciaturas.

5º) Em 9 de outubro de 2023, foi realizado contato com o representante do parlamento municipal de Goiânia, que resultou em uma reunião em 9 de novembro de 2023. Na ocasião, se discutiu “[...] a trajetória da pesquisa sobre o estágio no âmbito do Nufop, da FE, com destaque para legislação que criou o estágio nas escolas da rede oficial e a omissão da legislação no que toca ao trabalho realizado pelo professor e respectiva escola junto ao estágio” (UFG, 2023). Perguntou-se à parlamentar sobre a possibilidade de revisar o Estatuto do Magistério do Município de Goiânia, com “[...] 23 anos de duração, e se não seria possível inserir como quesito de progressão, a inserção da função de ‘acompanhar e orientar’ estágios curriculares”. Ao final da reunião, a parlamentar concedeu a licença para se redigir “um projeto de lei com o objetivo de atualizar a Lei n.º 7.997, de 20 de junho de 2000, garantindo-se a inserção da função de acompanhamento e orientação de estágios curriculares como mecanismo de progressão”



(UFG, 2023). A incumbência de redigir minuta de lei foi levada aos demais membros do Nufop, docentes da área de Didática e Estágio de Pedagogia da FE-UFG, à Comissão de Estágios Curriculares Obrigatórios das Licenciaturas da Prograd e a representantes do Fórum de Licenciatura da UFG.

Em 12 de novembro de 2023, o Nufop também enviou mensagem por e-mail à representante do parlamento estadual de Goiás, cujo recebimento foi acusado em 13 de novembro 2023, para tratar do mesmo assunto, dessa feita, no âmbito da Lei n.º 13.900, de 25 de setembro de 2001, do Estatuto do Magistério de Goiás, especificamente no art. 3º, sugerindo-se acrescentar às funções do magistério ali previstas a de “acompanhar e orientar os estágios curriculares das licenciaturas”, como mecanismo de progressão de carreira, a ser previsto no Plano de Carreira dos Professores da Rede Estadual de Goiás.

A conversa com a parlamentar em questão ocorreu em 29 de novembro de 2023, durante a realização da Conferência de Educação do Estado de Goiás, envolvendo a coordenadora do Nufop e presidente da Comissão de Estágios Curriculares das Licenciaturas da Prograd da UFG. Ao final da conversa, a parlamentar concedeu a licença para se redigir “um projeto de lei” a ser tramitado, sob sua coordenação, no âmbito da Assembleia Legislativa de Goiás. A incumbência de redigir minuta de lei foi levada aos demais membros do Nufop, docentes da área de Didática e Estágio de Pedagogia da FE, à Comissão de Estágios Curriculares Obrigatórios das Licenciaturas da Prograd e a representantes do Fórum de Licenciatura da UFG.

6º) Debate e reivindicação de inclusão de pleito junto ao texto base da Conferência Nacional de Educação. Sobre o tema, houve fértil discussão junto ao GT 8 - Formação de Professores da ANPEd, em outubro de 2023, em Manaus, e junto às reuniões preparatórias da reunião nacional da Conae deste ano. De acordo com o Regimento Geral - Etapa Nacional, a inserção de novas medidas para o debate na reunião nacional estaria condicionada à nova medida, de modo que essa deveria estar presente como recomendação nos textos de “cinco ou mais estados”, havendo-se ainda a possibilidade de “emendas passíveis de destaque aprovadas em menos de cinco estados” (Brasil, 2023, p. 8). Apurou-se, ainda, a efetiva recomendação dos textos das reuniões estaduais da Conae de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O pleito reivindicava a inclusão da seguinte emenda aditiva à estratégia 925 do Eixo V:

Incorporar a função de acompanhar e orientar os estágios curriculares, de maneira compartilhada com o professor do curso de origem dos respectivos estágios, ao conjunto das atribuições que compõem o estatuto do magistério

da educação básica. De tal modo que a comprovação do trabalho de acompanhamento e orientação dos estágios curriculares, possa ser utilizada como mecanismo de progressão de carreira do professor da educação básica. O que deverá se realizar de duas maneiras: 1) Incluir no texto da LDB nº 9.394/96, art. 13, o item VII: - acompanhar e orientar os estágios curriculares; 2) Inserir a função de acompanhar e orientar os estágios curriculares no texto do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.738 de 2008 (Barra *et al.*, 2023a).

Essa medida foi justificada em um texto anexo de cinco páginas. Durante a sessão do Eixo V da reunião nacional da Conae, o pleito em relação ao estatuto do trabalho do professor da escola junto aos estágios foi projetado em um *slide*, realizada sua leitura e passado à votação, tendo sido reprovado⁴. Cumpre dizer ainda que, na Conferência Intermunicipal de Educação em Goiânia, realizada em 13 de novembro de 2023, houve aprovação das medidas informadas no Quadro 3.

7º) Em 7 de janeiro de 2023, o Nufop integrou o XII Seminário de Estágio de Pedagogia da FE-UFG, promovendo uma roda de conversa sobre os desafios de efetivação dos estágios e a relação entre universidade e escola básica, que contou com as seguintes presenças: Prof. Dr. Samuel de Souza Neto, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp-Rio Claro), representantes da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, da Pró-Reitoria de Graduação da UFG, da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE-UFG, do Fórum de Licenciatura da UFG, Universidade Federal de Goiás - campus cidade de Goiás.

⁴ Relatos de delegados nacionais presentes indicam que, entre as representações que ali estavam, a mais numerosa era de professores das escolas básicas. Ao lerem o pleito de reconhecimento pelo trabalho do professor da escola básica junto ao estágio supervisionado, uma voz ecoou na forma de protesto: “Mais trabalho para o professor da escola!?” Ao que, o conjunto deste segmento fez coro, contagiando os demais, culminando em cerca de 70% de votos contrários. Entende-se que o entendimento que levou a esta votação seja um equívoco, fruto da naturalização e invisibilidade de um trabalho que, bem ou mal, se efetiva desde o final dos anos 1960, quando foi criado o estágio, malgrado todas as insuficiências da legislação afim.

Quadro 3 – Contraponto entre texto de referência da Conae e medidas sugeridas

Texto de referência da Conae	Medidas aditivas sugeridas e aprovadas na região metropolitana de Goiânia ⁵
O Documento Referência traz a seguinte redação: pág. 143 Item 900. Olhando para a formação inicial de professores é importante ampliar e tornar permanente o programa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica na perspectiva da práxis.	pág. 143 Item 900 Olhando para a formação inicial de professores é importante ampliar e consolidar a política de fomento à iniciação à docência, destinando-se o fomento aos estudantes matriculados em cursos de licenciatura, prioritariamente nos estágios curriculares obrigatórios que são, por princípio, o momento de iniciação à docência , a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica na perspectiva da práxis (o grifo corresponde à proposição).
p. 148 Estratégia 935 Item 2.9. Tornar permanente o programa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de buscar a permanência dos estudantes nos cursos de graduação e aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.	p. 148 Estratégia 935 2.9. Ampliar e garantir a consolidação da política de fomento aos cursos de licenciatura, prioritariamente junto aos estudantes de estágios curriculares obrigatórios que são, por princípio, o momento de iniciação à docência, valorizando-os , a fim de garantir a permanência dos estudantes nos cursos de graduação e aprimorar a formação docente para atuar no magistério da educação básica (o grifo corresponde à proposição).

Fonte: elaborado pelas autoras com base na Conferência Intermunicipal de Educação em Goiânia (2023).

8º) Em resposta à Consulta Pública promovida pela CAPES acerca da Política Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2024-2034), o Nufop, em parceria com a Comissão de Estágios Curriculares das Licenciaturas da Prograd da UFG, recomendou:

- a) Incorporar alguns elementos aos desafios da *relação entre a Pós-Graduação e a educação básica*

A educação básica e a pós-graduação devem ser vistas em um continuum, de forma que não é possível considerar uma separadamente da outra. Por isso, a compreensão da relação entre a educação básica e a pós-graduação precisa avançar sob a ótica de uma educação sistêmica, que prioriza maior articulação entre os níveis, etapas, modalidades educacionais e o contexto em que se inserem. *Em se tratando de educação sistêmica, a pós-graduação deve ampliar a inserção de professores das escolas de educação básica nos cursos de pós-graduação, por meio reconhecimento do trabalho de receber e acompanhar os estágios curriculares, sendo esta uma medida que incide diretamente sobre a qualificação da formação inicial (graduação) e, por consequência, da atuação na educação básica.* (Barra et al., 2023b, p. 80, grifo).

⁵ Já na Conferência de Educação do Estado de Goiás, realizada entre 29 e 30 de novembro de 2023, houve a aprovação das medidas informadas no quadro, sendo sugerido e aprovado o acréscimo do item que destinava tais recursos financeiros não apenas para as instituições públicas, como também para as privadas.

b) Incluir a estratégia 3.4.7 entre aquelas que pretendem promover a integração entre Pós-Graduação e escola básica:

3.4.7 Ampliar a inserção dos professores das escolas de educação básica nos cursos de pós-graduação, a partir do reconhecimento do trabalho de receber e acompanhar os estágios curriculares, computando-o na avaliação de títulos dos processos seletivos para o ingresso na pós-graduação, estabelecendo-se cotas destinadas a professores da educação básica com experiência em receber e acompanhar estágios curriculares (Barra *et al.*, 2023b).

9º) Em 9 de abril de 2024, o Nufop realizou uma reunião remota⁶ com a coordenadora de Gestão de Exames e Indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Suzi Mesquita Vargas, na qual foi feita uma exposição, intitulada *A novidade da avaliação dos estágios supervisionados nas Licenciaturas – ENADE/INEP 2024: uma oportunidade para enfrentar velhos entraves da devida efetivação dos estágios?* Ao final da reunião, a representante do Inep sugeriu que as questões pontuadas sobre o Estágio Curricular Obrigatório fossem oficiadas à Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC), com pedido de audiência. Os ofícios deveriam ser enviados com cópia para a Presidência do Inep, Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

10º) No dia 19 de abril de 2024, o Nufop realizou outra reunião⁷ em Brasília, com Fernanda Litvin, da Coordenação de Fomento e Avaliação de Programas, e Maria Cristina Mesquita, da Coordenação de Programas de Valorização das Licenciaturas, ambas da Diretoria de Educação Básica da CAPES. Neste encontro, foi apresentada uma exposição intitulada *O estágio curricular obrigatório e os desafios de sua efetivação na trajetória de 55 anos*, quando também foram expostas e discutidas dez proposições com vistas à efetivação dos estágios curriculares obrigatórios nas licenciaturas do país.

Nota-se que, em dez anos consecutivos, o Nufop tem se posicionado e assumido diversos embates em torno da formação de professores na relação com os desafios históricos da efetivação dos estágios nas licenciaturas. Trata-se de um tema que, como se viu na cronologia anterior, revela divergências pontuais, mas sobretudo convergências, a exemplo da necessidade de visibilizar o estatuto de trabalho dos professores das escolas básicas junto aos estágios

⁶ Nessa reunião, estavam presentes uma professora representante do Fórum de Licenciatura da UFG, uma professora da Faculdade de Letras da UFG e duas professoras da Faculdade de Educação da UFG.

⁷ Nessa reunião, estavam presentes uma professora da Faculdade de Letras da UFG e duas professoras da Faculdade de Educação da UFG.

curriculares. O núcleo trabalha na construção de uma rede de entidades e instituições locais, regionais e nacionais com vistas ao diálogo e encaminhamentos para o enfrentamento dos entraves que marcam os processos de efetivação do estágio curricular obrigatório na sua trajetória de 55 anos.

A composição atual do Nufop e suas frentes de trabalho

Na atual conjuntura, os setores progressistas defendem a retomada das diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada, materializadas na Resolução do Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno (CNE/CP) n.º 2/2015, resultado de amplo debate com todo o campo educacional, mas revogada em 2019. Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação submeteu à consulta pública o documento *Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica* (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), cujo prazo expirou em 1º de março de 2024. Em paralelo, aconteceram as reuniões da Conferência Nacional de Educação, que resultaram no documento finalizado e recém-publicado, que serve de base para o debate a ser pautado pelo Congresso Nacional com o fim de se tornar o Plano Nacional de Educação (PNE, 2024-2034). Não obstante, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei n.º 1735/2019, que visa à regulamentação da profissão de pedagogo. Enquanto isso, o governo federal sancionou a Lei n.º 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. No entanto, parece não ter havido tempo para sua devida leitura e reflexão (Brasil, 2019, 2024).

Por sua vez, a composição atual do Nufop passa por reconfigurações, justificadas pelo contexto de transformação da sociedade e da educação, o que repercute nas temáticas de interesse. Tais mudanças consideram tanto as especificidades conjunturais quanto a adesão de novos colegas à equipe. Atualmente, o Nufop reúne professores e pesquisadores vinculados a diversas instâncias, incluindo áreas de ensino da FE-UFG (Didática e Estágio, Ciências Naturais, Fundamentos da Educação), a Rede Municipal de Educação de Goiânia e diversas associações e redes acadêmicas, tais como: ANPEd; ANPEd Centro-Oeste; Anfope; Anfope Centro-Oeste; Associação Nacional de Política e Administração da Educação; Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Comitê Goiás; Fórum de Licenciatura da UFG; Sociedade

Brasileira de Filosofia da Educação; Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia; Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia; Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências; Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos; Rede Internacional de Escolas Criativas (RIEC/Brasil); Rede de Pesquisadores sobre Professores do Centro-Oeste; Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino; Fórum Goiano de Educação Infantil; e o grupo de extensão, pesquisa e ensino da FE-UFG “Geninhas em Movimento na Práxis para uma Educação Antirracista”.

A discussão sobre a formação de professores está no centro do debate. No âmbito do Nufop, observa-se uma reorganização das temáticas pesquisadas pelo grupo, tendo como eixo central os aspectos associados à formação, profissionalização e valorização do trabalho docente, inseridos no cenário neoliberal da educação, marcado por traços gerenciais pautados pela ideologia da profissionalização.

Esse debate se concretiza por meio do projeto de extensão, em atividade desde 2023, intitulado *Ciclo de Debates: Sociedade, Educação, Escola e Formação*, realizado mensalmente desde o início da nova gestão e contando com a participação de convidados de diferentes instituições.

Paralelamente, destaca-se que o núcleo é composto por integrantes que atuam na docência de licenciaturas, muitos dos quais são professores orientadores de estágio curricular. Dessa forma, o EC constitui um de seus eixos centrais. O estágio, por sua vez, representa a intersecção entre universidade e escola, formação inicial e continuada, teoria e prática. Nesse sentido, o núcleo desempenha um papel essencial ao auscultar as problemáticas decorrentes da atuação na escola real.

Além disso, o Nufop sedia o projeto *Ateliê*, atualmente em fase de germinação, cujo propósito é (re)pensar a formação de professores à luz de conhecimentos estéticos, éticos e políticos, fundamentados no trabalho com múltiplas linguagens e na práxis de registro e documentação pedagógica. Enquanto *lócus* de ensino, pesquisa e extensão, o *Ateliê* possibilita ao núcleo novas perspectivas para (re)pensar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, incorporando marcas do sensível e do político, a partir dos princípios da formação estética (Barra *et al.*, 2024).

Por fim, as pesquisas em andamento abordam temáticas como políticas de formação de professores, organização do trabalho pedagógico e atuação docente no contexto escolar. Atualmente, os estudos desenvolvidos no âmbito do núcleo incluem os seguintes objetos de pesquisa e respectivos objetivos:

Quadro 4 – Projetos de pesquisa em andamento no Nufop e respectivos objetivos

Objetos de pesquisa	Objetivos
Projeto 1 O estágio em face da ausência de estatuto do trabalho do professor/escola (1969-2019): rebatimentos sobre a formação inicial de professores.	Escrutinar o estágio no <i>corpus</i> normativo que o definiu no interregno de 1969 a 2019, atentando-se para os sentidos forjados na linha histórica que mostra um conjunto expressivo de normatização entre o final dos anos 1960 e os anos iniciais dos anos 1970, a longevidade de certas definições para o estágio durante cerca de três décadas, e o recrudescimento do tema no período que sucede a LDB n.º 9.394/96, a publicação da Lei Geral de Estágios de 2008 e a emersão de programas de “iniciação à docência” paralelos ao estágio na formação inicial docente do país. Propor alternativas para a definição do estatuto do trabalho da escola básica/professor junto ao estágio.
Projeto 2 O ensino fundamental na rede municipal de Goiânia: treinamento e avaliação como prática pedagógica.	Analizar a implementação de políticas de avaliação em larga escala no Ensino Fundamental na rede municipal de Goiânia, a partir de 2019, tendo em vista a sociedade marcada pelo trabalho, desigualdade social e relações mercantis, interrogando-se sobre o tipo de formação e o modo como tais práticas político-institucionais reverberam sobre a prática pedagógica em sala de aula, tendo as perspectivas do futuro professor (estagiário) e do professor em exercício (supervisor de estágio).
Projeto 3 Registrar e documentar na Educação Infantil: tornando visível memórias (re)inventadas - O caso da Rede Municipal de Educação de Goiânia, Goiás.	Apreender como os documentos oficiais de Educação Infantil no Brasil dialogam com as questões como observação, registro e documentação pedagógica. Caracterizar, no nível da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , as pesquisas que abordam a prática do registro/documentação no contexto da Educação Infantil; caracterizar a natureza do registro/documentação nos documentos oficiais da Rede Municipal de Educação de Goiânia, Goiás. (Re)pensar criticamente os instrumentos empregados para o registro nas creches e pré-escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia, Goiás.
Projeto 4 A formação e o desenvolvimento profissional de professores da Educação Infantil.	Analizar os limites, as possibilidades e contribuições da pesquisa-colaborativa para o desenvolvimento profissional de professores na Educação Infantil. Examinar e discutir os pressupostos teóricos da formação de professores e da pesquisa-ação crítico-colaborativa. Investigar e identificar, ao longo do processo, os elementos indicadores da práxis e identidade docente. Identificar as necessidades formativas dos/as professores/as para a formulação/proposição de um processo formativo. Analizar possíveis modificações nas concepções de prática pedagógica dos professores, a partir de sua participação em programas de formação e desenvolvimento profissional.
Projeto 5 Formação docente sob lentes temporais do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Pedagogia da FE-UFG (2009 – 201).	Promover três frentes: a) O percurso histórico do estágio, no curso, em sua documentação e memória advindas de diferentes produções de acadêmicos; b) O histórico das instituições campo de estágio, pelos registros nas mídias sociais e documentos; c) Levantamento, análise e produção de um acervo histórico das produções científicas, envolvendo orientadoras(es) e estagiárias(os), advindas do desenvolvimento dos estágios.

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Os estudos em desenvolvimento têm como centralidade a análise crítica do trabalho pedagógico, considerando a perspectiva de formação presente na formação inicial de professores, conforme estabelecido nos documentos oficiais. Essas discussões têm sido

sistematicamente promovidas em ciclos de debates organizados pelo Nufop, com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas no campo da educação, a partir de referenciais histórico-político-metodológicos que orientam as concepções de formação de professores da educação básica, especialmente no contexto da escola pública.

A ênfase recai sobre a análise dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam os modelos de formação generalista de professores, os quais atendem a interesses muitas vezes implícitos, voltados à formação de indivíduos alinhados às demandas da sociedade tal como se configura. As temáticas abordadas abrangem, necessariamente, a formação proposta no cenário das políticas educacionais para a educação pública, bem como as práticas pedagógicas, os contextos e as situações vivenciadas no cotidiano escolar.

O intuito é desvelar as concepções que orientam a formação de crianças, jovens e adultos, as quais são elaboradas a partir de determinada visão de mundo, permitindo, assim, o aprofundamento dos conceitos e a contribuição para uma prática educativa que se diferencie daquela tradicionalmente estabelecida.

Considerações finais

O trabalho do Nufop ao longo de seus 25 anos de história tem como imperativo contribuir para a ampliação e o aprofundamento das discussões em torno das questões que envolvem a educação escolar, a cultura, a formação de professores e os processos de ensino e aprendizagem. Sua trajetória é marcada por movimentos de maior e menor intensidade de atuação. De igual modo, cumpre destacar que se trata de um núcleo que reúne posições teóricas diversas. No entanto, o que o define, sobretudo, é o fato de se constituir como uma instância agregadora de estudiosos interessados em refletir sobre os pressupostos teóricos que sustentam os modelos de formação propostos pelas políticas que orientam os currículos das licenciaturas e suas implicações no trabalho pedagógico realizado na escola.

Em maio de 2024, o Nufop participará do V Simpósio de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Professores do Brasil, evento realizado pelo GT 8 - Formação de Professores da ANPEd, promovendo interlocuções com a pesquisa sobre a formação de professores em todo o país. Acredita-se que o núcleo poderá fortalecer sua trajetória e confirmar suas origens, produzindo e compartilhando estudos e pesquisas que ajudem a potencializar o debate acerca dos processos formativos que se desenvolvem tanto na educação básica quanto na superior.



Ao posicionar-se criticamente em relação à educação no contexto da sociedade organizada, nos moldes da produção capitalista e fundamentada no modo de pensar e agir individualista, o núcleo chama atenção para algo urgente e necessário. Isso significa contrariar o modelo de sociedade no qual a escola se reduz ao espaço quase exclusivo de profissionalização do indivíduo para atender às demandas do mercado, e, por conseguinte, à formação de pessoas para a vida profissional como a única finalidade das escolas. Esse modelo caracteriza o profissional da educação como aquele que poderá instrumentalizar a criança ou o jovem para o cumprimento desse ideário, suprimindo o conjunto de ideias da formação humana para a vida em comum. Daí a importância de interrogar as instituições de formação de professores, incluindo a que pertencemos, na tentativa de compreender o sentido e as práticas estabelecidas nos diferentes cursos de licenciaturas e na Pedagogia, por meio das políticas que visam orientar e normatizar os currículos, contribuindo para esclarecer os princípios que fundamentam as práticas docentes, buscando romper com a formação instrumental. O Nufop está nesta trincheira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. Entidades se posicionam contrárias à padronização e controle impostos pelo Programa de Residência Pedagógica! Não à BNCC! Manifesto. Programa de Residência Pedagógica. Site da Anfope, 2018. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Manifesto_Programa_Resid%C3%A3ncia_Pedag%C3%B3gica.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

BARRA, V. M. L. et al. Naturalização e invisibilidade do estágio curricular obrigatório: uma tese em construção. In: **ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO**. Salvador, Bahia: Anais do XIX ENDIPE, 2018a.

BARRA, V. M. L. et al. Naturalização e invisibilidade do estágio curricular obrigatório: possibilidade de compreender a inserção do Pibid e a chegada da Residência Pedagógica. [Documento apresentado no Colegiado de Pedagogia]. Goiânia: Nufop/UFG, 2018b.

BARRA, V. M. L. et al. **Pleito:** o reconhecimento do trabalho do professor da escola na supervisão de estágio de estudantes de licenciaturas. [Enviado em 17/03/2020 para a Comissão responsável pela elaboração da política de formação de professores da UFG]. Goiânia: Nufop/UFG, 2020.

BARRA, V. M. L. et al. **Apreciação da minuta da Instrução Normativa da Prograd.** Goiânia: Nufop/UFG, 2021.

BARRA, V. M. L. *et al.* **Posição da área de Didática e Estágio de Pedagogia/Nufop da Faculdade de Educação da UFG a respeito do Projeto Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PIFPMEB).** Goiânia: Nufop/UFG, 2022a.

BARRA, V. M. L. *et al.* **Nufop e área de didática e estágio da Faculdade de Educação/UFG envia algumas observações e questionamentos para contribuir com o diálogo institucional sobre a temática do aproveitamento das atividades Pibid e RP, assim como para o documento em construção pelo Fórum de Licenciaturas.** Goiânia: Nufop/UFG, 2022b.

BARRA, V. M. L. *et al.* **Emenda Aditiva.** Estratégia 925. Eixo 5. Documento Referência da Conae, 2024. Goiânia: Nufop/UFG, 2023a.

BARRA, V. M. L. *et al.* CAPES abre consulta pública para Plano de Pós-Graduação. **Gov**, 20 de dezembro de 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-abre-consulta-publica-para-plano-de-pos-graduacao>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARRA, V. M. L. *et al.* **Núcleo de formação de professores (NUFOP/FE-UFG): trajetória histórica e movimentos de pesquisa.** Trabalho a ser apresentado no V Simpósio de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Professores do Brasil – V SGFPB, Ceará, 2024.

BARRA, V. M. L. O estágio como mediador entre a formação inicial e a formação continuada. In: **XXII SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.** Goiânia, 2015.

BARRA, V. M. L. O estatuto do trabalho do professor da escola: desafio político para ser pensado nos cinquenta anos do estágio (1969 a 2019). In: **Reunião Nacional da Anped**, 2019 2019. (Comunicação oral no GT 8).

BARRA, V. M. L. O estatuto do trabalho do professor/escola nas políticas de formação de professores no brasil (1969-2019): balanço do cinquentenário do estágio e perspectivas. In: DOURADO, L. F. (org.). **PNE, políticas e gestão da educação:** novas formas de organização e privatização. Brasília: Anpae, 2020. p. 295-318.

BARRA, V. M. L. O estágio na documentação normativa da formação de professores brasileiros. In: **Reunião Nacional da Anped**, 2021. (Comunicação oral no GT 8).

BARRA, V. M. L. Formação de professores e o formato disciplinar do estágio: embaraços na implementação do estágio a partir da LDB n.º 9394/1996. In: **Reunião Nacional da Anped**, 2023. (Comunicação oral no GT 8).

BARRA, V. M. L.; ROSA, D. E. G. **Relatório da gestão NUFOP/FE/UFG 2014-2018.** Goiânia: NUFOP/FE/UFG, 2019.

BARRA, V. M. L.; SILVA, A. F. S. **Plano de trabalho.** Gestão NUFOP/FE/UFG, período 04/2023-04/2015. Goiânia: Nufop/FE/UFG, 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 1735, de 26 de março de 2019. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo. Situação: Pronta para Pauta





na Comissão de Educação (CE). **Brasília**, DF, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2195353>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n.º 1, de 7 de abril de 1999. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 18, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Portal Democrático de Atos Normativos, 2015.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 28, 2005.

BRASIL. Lei n.º 14.817, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 3, 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 27833, 1996.

BRASIL. Regimento Geral Conae - Etapa Nacional. Brasília: Conae, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/RegimentoCONAEatualizado0409202321.pdf>. Acesso: 30 out. 2023.

ECHALAR, A. D. L. F. et al. Diretrizes de formação de profissionais do magistério da educação básica. Universidade Federal de Goiás. Dados eletrônicos. Goiânia: Ciar UFG, 2023. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/n/175763-e-book-diretrizes-de-formacao-de-profissionais-do-magisterio-da-educacao-basica>. Acesso: 4 abr. 2023.

FERRAZ, E. P. N. Relatório do III Ciclo de Estágios do Nufop. Goiânia: Mimeo. Acervo Nufop, 2018.

GATTI, B. A., BARRETO, E. S. S. B., ANDRÉ, M. E. D. A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GOIÁS. Conferência de Educação do Estado de Goiás. Documento final. Goiânia: 2023.

GOIÁS (Estado). Lei n.º 13.900, de 25 de setembro de 2001. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério. **Governo do Estado de Goiás**, Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2001. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/81526/pdf>. Acesso: 4 abr. 2023.

PROJETO PARA CRIAÇÃO DO NÚCLEO DIDÁTICO PARA ESTUDOS E PESQUISA DE APOIO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Processo n.º 00228, de 25 de junho de 1999. **Goiânia**: Faculdade de Educação, 1999.

ROSA, D. E. G.; SOUSA, L. F. E. C. P. O estágio do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás: a construção dos caminhos. In: SUANNO, M. V. R.; SILVA, C. C.; SOUSA, L. F. E. C. P.; SUANNO, J. H. (org.). **Imagens da formação docente**: o estágio e a prática educativa. Anápolis: Editora da UEG, 2019.

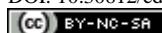
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Educação**. Goiânia, Goiás, 2003. Disponível em: <https://fe.ufg.br/p/4238-projeto-politico-pedagogico>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Goiânia, Goiás, UFG, março, 2015. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/2/o/2018PPC_Pedagogia_%281%29.pdf?1518023839. Acesso em: 20 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC)**. Goiânia, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/2/o/2018PPC_Pedagogia_%281%29.pdf?1518023839. Acesso em: 10 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Núcleo de Formação de Professores da Faculdade de Educação (Nufop)**. Ata de reunião realizada na Câmara Municipal de Goiânia. Goiânia, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC UFG n.º 1539/2017. Define a política de estágios dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Goiás - UFG e revoga a Resolução CEPEC n.º 731/2005. **Universidade Federal de Jataí**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://estagios.jatai.ufg.br/p/40728-legislacao-diretrizes-e-resolucoes#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPEC%20n%C2%BA%20731%2F2005>. Acesso em: 10 abr. 2024.





CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Agradecimentos aos integrantes do NUFOP – Núcleo de Formação de Professores da FE-UFG.
- Financiamento:** Não aplicável.
- Conflitos de interesse:** Não aplicável.
- Aprovação ética:** Não aplicável.
- Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais estão disponíveis mediante solicitação.
- Contribuições dos autores:** As três autoras realizaram igualmente: Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação e normalização.

